



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
SETOR DE CONCURSOS

**26º CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE
PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO DO MPDFT**

**- 2ª ETAPA -
PROVA DISCURSIVA DO GRUPO III
DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO**

Esta prova compõe-se de uma dissertação e de cinco questões com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão dos seus fundamentos, da clareza e da objetividade na exposição das idéias, do uso correto da língua portuguesa, da linguagem jurídica adequada, da apresentação formal e da legibilidade do texto.

Primeira Parte

Dissertação (40 pontos)

A respeito da **fiscalização abstrata de constitucionalidade de normas e do processo objetivo no STF e no TJDFT**, disserte abordando os tópicos requeridos abaixo:

- a. Controle de constitucionalidade no direito brasileiro: sistemas;
- b. Controle abstrato de normas perante o STF: pressupostos de admissibilidade e conteúdo da decisão;
- c. Efeito vinculante e eficácia *erga omnes* das decisões do Supremo Tribunal Federal.
- d. O controle direto de constitucionalidade de leis e atos normativos do Distrito Federal (controle de constitucionalidade distrital) em face da Lei Orgânica;
- e. A decisão do TJDFT no controle de constitucionalidade distrital é passível de recurso? Caso afirmativo, em que hipóteses? Caso negativo, por que não?

-

-

Segunda Parte

(60 pontos, sendo 12 pontos cada uma das questões)

Questão 01

1. Diferencie **reserva legal** de **reserva legal proporcional** correlacionando-as à proteção do núcleo essencial dos direitos fundamentais.

Questão 02

1. Diferencie a **eficácia horizontal** da **eficácia vertical dos direitos fundamentais**. No Brasil, há casos de eficácia horizontal dos direitos fundamentais? Caso afirmativo, cite uma hipótese? Caso negativo, justifique os limites absolutos de sua aplicação no Direito Constitucional Brasileiro?

Questão 03

1. quatro elementos característicos do **regime jurídico** dos bens do **domínio público do Estado (bens de uso comum e bens de uso especial)**.

Questão 04

1. Considerando que o tombamento é forma de intervenção do Estado na propriedade privada, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, quais **os efeitos ou obrigações do tombamento que limitam a utilização e a disposição dos bens tombados pelo particular?**

Questão 05

1. Considerando a situação-problema apresentada abaixo, **à luz da legislação pertinente** em vigor, **posicione-se, fundamentadamente, a respeito da eficácia (ou ineficácia)** de contrato administrativo oriundo do procedimento licitatório descrito abaixo:

Foi **invalidado** pela Administração procedimento licitatório, sem a oitiva dos licitantes, **durante a execução do contrato celebrado**, por fato relacionado à fase de habilitação dos licitantes (**motivo de ilegalidade** na parte do procedimento vinculada a alguns dos seguintes aspectos: habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista (art. 7, inciso XXXIII da CF)). Houve alegação por parte do contratante da **teoria do fato consumado para o efeito de manutenção e continuidade** da relação contratual.